



A SANHA DAS PRIVATIZAÇÕES

A MP 727, ASSINADA POR TEMER
NO DIA DA POSSE E ATÉ HOJE SEM
O DEVIDO DESTAQUE, REVELA EM CHEIO
O PROPÓSITO DE LOTEAR O PAÍS

por ANDRÉ BARROCAL

FOTO LULA MARQUES/AGÊNCIA PT





O líder da Federação das Indústrias paulistas anda preocupado com o chefe do governo provisório, e não é apenas pelos laços árabes e peemedebistas. Paulo Skaf foi um dos patrocinadores da ascensão de Michel Temer ao poder, com propaganda pró-*impeachment* em jornais, distribuição de lanches de filé-mignon em protestos “Fora Dilma” e desfile de patos amarelos infláveis plagiados de um artista holandês. Tudo pago, segundo línguas mordazes, com verba desviada pela Fiesp do sistema S. Natural, portanto, Skaf inquietar-se com o futuro da gestão interina, às voltas com trapalhadas, impopularidade e a Operação Lava Jato.

Numa tentativa de ajudar Temer, o presidente da Fiesp esteve em Brasília à frente de uma comitiva de empresários

de representatividade duvidosa, na quarta-feira 8. A turma chegou ao Palácio do Planalto em vans, posou para fotos na entrada, e, em seguida, subiu ao Salão Leste, o mais modesto, para um ato de apoio ao interino. “Que a partir de hoje a crise política fique de um lado e a economia siga de outro”, apelou Skaf.

Separar uma coisa da outra não está nada fácil, razão para os planos econômicos do presidente em exercício estarem ameaçados. O primeiro pacote de entrega de portos públicos à exploração privada na gestão Temer, seis terminais no Pará, fracassou. Faltou capital disposto a arriscar-se em contratos longos diante das incertezas políticas atuais. Um desinteresse contornável caso o lucro aumente, a depender de conversas com o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, homem do deputado-negociante Eduardo Cunha no primeiro escalão.

Estes senhores reunidos em solene assembleia esperam pela grana alienígena

A percepção global sobre o País é outra pedra no sapato. O *New York Times* acaba de publicar o editorial “Medalha de ouro do Brasil para a corrupção”, a apontar a conspiração anti-Lava Jato por trás do *impeachment* e a presença de gente suspeita no ministério. Um dos ideólogos da agenda econômica de Temer, Moreira Franco admitiu ser “muito desagradável” encarar editoriais do tipo, capazes de criar problemas “gravíssimos” para o mercado financeiro, segundo ele.

Não era bem essa a receptividade esperada pelo governo provisório. Ao contrário. A proposta de Temer para tirar a economia da recessão foi desenhada para conquistar o coração do capital e dos

investidores. Sob seu comando, o Brasil se tornaria um balcão de negócios, particularmente na área de infraestrutura. Privatização é a palavra-chave, seguida de variantes aproximadas, embora não idênticas, como concessões. Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, tem preparado com esmero o terreno para o capital privado. Depois de ampliar de 100 bilhões para 170 bilhões de reais o déficit público este ano, cálculo que o presidente do Senado, Renan Calheiros, agora quer ver mais bem explicado, Meirelles passou a projetar para 2016 a maior recessão da história brasileira. Um cenário que, se confirmado, justificará benesses de sobra aos investidores, não importa o custo social.

A carta de princípios privatistas do Planalto é uma medida provisória assinada por Temer no dia de sua posse e despercebida até agora. A MP 727 cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sob a batuta de Franco, e libera o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para montar um fundo que banque estudos de parcerias, um sinal de que o BNDES desponha como financiador das futuras transações, a repetir sua atuação nos anos 1990. Os negócios sob o manto do PPI serão “prioridade nacional”, merecerão tratamento VIP em órgãos de controle, como tribunais de contas, encontrarão facilidades na busca de licenças ambientais e não terão lucros engessados por modicidade tarifária. “É uma retomada forte das privatizações e um desmonte institucional”, opina o economista Claudio Puty, secretário no Ministério do Planejamento no segundo mandato de Dilma Rousseff.

A MP já estava pronta quando Temer assumiu na quinta-feira 12 de maio. Naquele dia, ganhou o Planalto



Sundfeld, mestre na privatização de FHC, volta à carga



PPI no comando de Moreira Franco devolve o BNDES a 1990

pelas mãos do advogado Gustavo do Vale Rocha, mais um homem do réu por corrupção Eduardo Cunha no comando da área jurídica do Planalto. Rocha reuniu o time herdado da gestão Dilma e avisou que tinha duas MPs para mandar ao *Diário Oficial* – a outra reorganizava os ministérios. Não era preciso submetê-las às formalidades tradicionais? “Não!”, respondeu ele. Nem para incluir o timbre da Presidência na MP? “Já tenho o papel timbrado.” A despreocupação talvez

A NOVA FASE DO BNDES DESTINA-SE A MOSTRAR A INTENÇÃO DE ALIANÇA COM O SISTEMA FINANCEIRO

explique algo inusitado. O texto da justificativa que acompanha a MP 727, conhecido como Exposição de Motivos, foi assinado por Temer, e não por algum ministro, como é a praxe.

A vida pregressa da MP, ou de parte dela, começa com o ortodoxo Joaquim Levy ainda na Fazenda. Em agosto de 2015, Levy chamou um grupo de advogados para estudar meios de melhorar o ambiente dos negócios. O coordenador era Carlos Ari Sundfeld, jurista de destaque

FOTO LULA MARQUES/AGÊNCIA PT, STEPHEN HIRD/AP E MARCELO CAMARGO/ABR



nas privatizações dos anos 1990, especialmente nas telecomunicações, no governo Fernando Henrique. Três meses depois, o grupo propôs editar uma lei chamada internamente de “PPP Mais”, espécie de salto adiante na lei das Parcerias Público-Privadas. Outra porção da MP 727 foi gestada no BNDES, particularmente na área de estruturação de projetos, com o objetivo de desfazer nós legais na concepção de obras de infraestrutura.

Para técnicos familiarizados com o



Apriatista inveterada Maria Silvia Bastos Marques inspira-se na Dama de Ferro

PPP Mais e a elaboração de projetos no BNDES, é possível que uma MP como a 727 tivesse sido baixada por Dilma Rousseff. Ele notam, contudo, duas diferenças em relação aos planos e à medida provisória de Temer. Uma é a ênfase no lucro empresarial dos peemedebistas. A outra é a aposta nas privatizações, com citação no ato assinado por Temer da lei de 1997 que orientou diversas vendas de estatais, a exemplo da mineradora Vale e da Telebras.

Ao lado da MP, outra expressão das intenções privatistas de Temer é a reviravolta na atuação do BNDES. A começar pela escolhida para comandar a instituição, Maria Silvia Bastos Marques, entusiasta da transferência de bens públicos ao setor privado e que já exerceu sua paixão nos governos Collor e FHC. Não há dúvidas de que, com a economista à frente, o banco retomará o papel de agente financiador da venda de patrimônio público. Em seu discurso de posse, na quarta-feira 1, disse que o banco aumentará “significativamente”

seu trabalho nas “privatizações”, entre outras formas de desestatizar. Presente ao evento, Meirelles fez questão de ressaltar, a jornalistas, a palavra “privatização”, para euforia de um dos convidados, Gustavo Franco, presidente do Banco Central com FHC.

Alguns dias depois, durante uma conversa reservada com funcionários do BNDES em Brasília para apresentar a nova diretoria, Maria Silvia reforçou suas intenções. Invocou a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, ícone neoliberal e do Estado mínimo, falecida em 2013. Até parafraseou uma expressão famosa dela, “não existe dinheiro público”. Será que a “Dama de Ferro” entraria em um governo, planejaria a venda de uma estatal e depois iria trabalhar nesta mesma empresa? Aconteceu com Maria Silvia no caso da siderúrgica CSN. Outra dúvida: Thatcher montaria uma equipe com ex-sócios e conhecidos de longa data, como ocorre agora no BNDES, conforme a própria presidente da instituição comentou no bate-papo em Brasília?

Na nova fase, o BNDES tende a perder ânimo para emprestar ao setor produtivo, um dos indicativos de que o governo provisório busca estabelecer uma aliança com o sistema financeiro. Isso ficou patente no anúncio de Meirelles de que a Fazenda tomará de volta 100 bilhões de reais injetados pelo Tesouro Nacional no banco. Dinheiro que poderia ser usado para estimular o setor produtivo e que, mesmo parado em caixa, não tem custo para o banco. Agora, tudo indica, será utilizado para abater a dívida pública. Há quem veja a possibilidade de a torneira do BNDES secar em 2018. Na conversa com os funcionários em Brasília, Maria Silvia ironizou os aportes do Tesouro, feitos após a crise

financeira global de 2008. Comentou que o empresariado não precisa desta fonte, pode procurar empréstimos em bancos privados. Curiosidade: no início do governo Lula, então no comando do BC, Meirelles dizia que o crédito direcionado dos bancos públicos, de juros menores, era a causa das altas taxas dos bancos privados.

As privatizações em um governo Temer têm filões e, claro, joias da coroa. No primeiro caso, estatais regionais de energia e saneamento, em especial. A Celg, companhia elétrica de Goiás, por exemplo, está pronta para ser vendida e quase foi a leilão no fim da gestão Dilma, mas a presidenta afastada desistiu, por achar que não haveria compradores pelo preço justo e porque não valia a pena do ponto de vista político, com *impeachment* à vista. As joias da coroa são as conhecidas: Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ao assumir a petroleira, seu novo presidente, Pedro Parente, negou que a venda da empresa esteja na ordem do dia. É provável, no entanto, que ele dê fôlego à privatização branca da companhia, com a venda fragmentada de ativos, conforme esboçava seu antecessor, Aldemir Bendine. Não só: Parente, ministro do apagão da era FHC, apoia mudanças na Lei do Pré-Sal para facilitar a entrada das multinacionais no negócio. A lei que libera a Petrobras de participar de todos os leilões nos campos do pré-sal foi proposta pelo senador tucano José Serra, agora chanceler de Temer, e já foi aprovada pelo Senado. Está com os deputados, votação tida como a mais prioritária por Moreira Franco, o homem das PPIs. A incorporação da Caixa pelo Banco do Brasil, algo visto como uma privatização disfarçada da primeira, hoje 100% de capital fechado, é um burburinho a correr em Brasília.

Ao abraçar a agenda das privatizações, diz o economista e consultor Antonio

Correa de Lacerda, da PUC de São Paulo, Temer o faz sem aprender com erros brasileiros passados. O País não dispõe até hoje – e isso não está nos planos do governo provisório – de uma regulação estatal capaz de evitar problemas como aqueles surgidos após a privatização na telefonia. Uma área em que, para Lacerda, o monopólio privado substituiu o estatal, com tarifas altas e serviço precário, embora o acesso às linhas tenha ficado mais fácil. Mesma deficiência do setor elétrico, em que a privatização sem os devidos investimentos por parte de certos compradores, somada à falta de planejamento público, levou ao racionamento de 2001. “Não há visão crítica das nossas privatizações nem a concepção de um modelo de desenvolvimento por trás do atual discurso neoliberal”, diz o economista. Para ele, contudo, a plataforma de Temer agrada ao “mercado” e pode atrair capital estrangeiro, mais pragmático do que o nacional.

Uma atração encorajada pelo fato de o Brasil estar barato e de haver liquidez internacional. O economista-chefe do Santander no País, Mauricio Molan, disse ao *Valor* da terça-feira 7 que tem aconselhado seus interlocutores mundo afora: “É hora de comprar o Brasil”. “A disputa real dentro do governo será por estes recursos”, escreveu em um artigo publicado no mesmo jornal o professor de filosofia política Marcos Nobre, logo após a posse de Temer. Para ele, tal disputa tende a criar dois polos de poder no governo



Impávido, Serra pretende apontar as “bobagens da OCDE”



PLANO SINISTRO: MEDIDAS FAVORÁVEIS AOS RICOS, ENQUANTO CORTAM-SE DESPESAS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E APOSENTADORIA



Pedro Parente, mágico da privatização branca



provisório, Meirelles e Serra, xadrez que pode mudar a depender da nomeação do próximo ministro do Planejamento. Meirelles, que Nobre vê com uma “rede de contatos internacionais incomparável”, anima-se com a impressão de que “os investidores já começam a tirar a cara fora

da caverna”. E Serra? Em viagem recente a Paris, o chanceler deu um chute na canela de um desses organismos internacionais prestigiados entre investidores, ao declarar que a OCDE escreveu “bobagem” sobre o Brasil em um relatório.

A arquitetura econômica do governo interino, com privatizações e busca por capital estrangeiro, sugere dias difíceis para o empresariado nacional, na avaliação de Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os governos Lula e Dilma, diz o economista, apostaram em concessões para reduzir custos logísticos e melhorar a competitividade brasileira, opção incentivadora da produção local. Já a agenda de Temer, além de ser mais agressiva, com a venda de empresas, e indutora de desnacionalização, teria objetivo distinto. Gerar caixa para pagar a dívida pública, como nos anos 1990. Tudo somado, é possível que o plano alimente a atividade econômica. “Mas sem inaugurar um ciclo de expansão do parque produtivo, com baixo dinamismo e estagnação da renda *per capita*”, afirma Pochmann. “Isso conta com o apoio do rentismo do País.”

A agenda privatizadora de Michel Temer alimentou uma insatisfação já existente com o interino em certos setores. Um ato no Rio de Janeiro na segunda-feira 6 do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas reuniu cerca de 2 mil pessoas, Lula entre elas, ao lançar a campanha “Se é público, é para todos”. O comitê começou a organizar-se no ano passado, contra leis propostas no Senado por tucanos (além da que mexe nas regras do pré-sal, também a que cria um estatuto das estatais, de autoria do cearense Tasso Jereissatti, e a que acaba com eleições para dirigentes de fundos de pensão, do carolinense Paulo Bauer). Com Temer e o

PSDB no poder, seus articuladores acham que a campanha ficou mais necessária.

O objetivo da campanha, diz Maria Rita Serrano, coordenadora do Comitê, é mostrar o significado das privatizações de empresas e políticas públicas. O programa Luz Para Todos, que levou energia a 15 milhões de pessoas no interior do País desde 2003, só foi possível, diz ela, graças à Eletrobras. No ramo imobiliário, 67% dos empréstimos são de responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Pequenos e médios agricultores dificilmente tomariam crédito favorável sem o Banco do Brasil. “Empresas e políticas públicas são inclusivas, o único interesse das empresas privadas é o lucro imediato”, afirma Serrano. “Não foi essa agenda do governo golpista que ganhou a eleição presidencial.”

O fosso entre os planos de Temer e as exigências sociais tende a aumentar, com consequências imprevisíveis. De um lado, o Planalto concentra energia em destravar negócios lucrativos para o capital, como as privatizações e o pagamento da dívida pública, além de votações favoráveis aos estratos mais ricos, como o reajuste salarial de servidores. De outro, articula mudanças na Constituição para segurar despesas com saúde, educação e aposentadorias, um prejuízo às camadas inferiores, dependentes de políticas públicas. Um fosso perceptível desde outubro, quando chegou à praça o documento Ponte Para o Futuro, a trazer as linhas gerais do que seria uma gestão Temer, antes mesmo de o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff ser aceito por Eduardo Cunha. Aprovado o processo na Câmara em abril, um dos autores do texto, Roberto Brant, ministro da Previdência com FHC, admitiu ao *Estado de S. Paulo*: “Esse documento não foi feito para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição”. •

EVARISTO SÁ/APP E SHANA REIS

